

Estado da publicação: O preprint foi publicado em um periódico como um artigo  
DOI do artigo publicado: <https://doi.org/10.1590/0102-4698-39848>

# A PRODUÇÃO DA NOÇÃO DE NORMALIDADE E SEUS SENTIDOS HISTÓRICOS

Camila Bottero Corrêa, Kamila Lockmann

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.4148>

Submetido em: 2022-05-19

Postado em: 2022-05-20 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

## A PRODUÇÃO DA NOÇÃO DE NORMALIDADE E SEUS SENTIDOS HISTÓRICOS

CAMILA BOTTERO CORRÊA<sup>1</sup>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1440-2812>

KAMILA LOCKMANN<sup>2</sup>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1993-8088>

**RESUMO:** Este artigo é recorte de uma pesquisa mais ampla que analisou discursos da inclusão escolar, em documentos oficiais, e o modo como operam estratégias de governamentalidade sobre os sujeitos ditos normais. Para isso, tensionar o conceito de normalidade foi fundamental para a pesquisa. O presente texto tem assim por objetivo apresentar como a noção de normalidade foi sendo produzida historicamente e junto a ela práticas de in/exclusão com ênfase no sujeito dito normal. Tomamos como suporte teórico os estudos realizados por Michel Foucault, Lília Lobo e Georges Canguilhem, autores que em suas investigações tensionaram as noções de anormalidade e norma. Como resultados construímos três sentidos históricos para a noção de normalidade que se encontram relacionados com os saberes produzidos ao longo de cada época: a normalidade transcendental – evidenciada na Idade Média e constituída pelos saberes religiosos e/ou divinos, estando vinculada ao corpo e a conduta dos sujeitos; a normalidade científica – constituída pelos saberes científicos, entre os séculos XVI e XVIII, aparece vinculada ao comportamento dos sujeitos e no fim do século XVIII, também, se mostra relacionada a sua intimidade; e as normalidades diferenciais – associada a uma ciência de Estado, aos saberes estatísticos e a uma norma flexível, que entra em operação na sociedade de seguridade. Essa noção se constitui a partir de dois movimentos contemporâneos relacionados a um mesmo fenômeno: o da naturalização das diferenças.

**Palavras-chave:** normalidade, norma, inclusão

### THE CREATION OF THE NOTION OF NORMALITY AND ITS HISTORICAL MEANINGS

**ABSTRACT:** This article is part of a broader study that analyzed the discourses of school inclusion in official documents and how they enact strategies of governmentality on the so-called normal subjects. Therefore, it was key to question the concept of normality. This text aims to present how the notion of normality was historically produced and, together with it, the practices of in/exclusion focusing on the subjects considered normal. We take as theoretical support the studies conducted by Michel Foucault, Lília Lobo, and Georges Canguilhem, who questioned the notions of abnormality and norm. As a result, we built three historical meanings to the notion of normality related to the knowledge produced throughout a certain period: the transcendental normality– in the Middle Ages established by religious and/or divine knowledge, connected to the subjects' bodies and conducts; the scientific normality – founded by scientific knowledge, between the 16th and 18th centuries, which seems linked to the subjects' behaviors and, by the end of the 18th century, also connected to their intimacy; and the differential normalities- associated to a science of State, to statistical knowledge, and a flexible norm, which operates in the security society. This notion is established through two contemporary movements related to the same phenomenon: the naturalization of differences.

**Keywords:** normality, norm, inclusion

---

<sup>1</sup> Secretaria de Município da Educação de Rio Grande. Rio Grande, Rio Grande do Sul (RS), Brasil. <camilabttc@gmail.com>

<sup>2</sup> Universidade Federal do Rio Grande - FURG. Rio Grande, Rio Grande do Sul (RS), Brasil. <kamila.furg@gmail.com>

## LA PRODUCCIÓN DE LA NOCIÓN DE NORMALIDAD Y SUS SENTIDOS HISTÓRICOS

**RESUMEN:** Este artículo es el recorte de una investigación más amplia que analizó discursos sobre la inclusión escolar, en documentos oficiales, y el modo como operan estrategias de gobernanza sobre los sujetos llamados normales. Para ello, tensionar el concepto de normalidad fue fundamental para la investigación. El presente texto tiene como objetivo presentar cómo se ha ido produciendo históricamente la noción de normalidad y junto a ella prácticas de in/exclusión con énfasis en el sujeto llamado normal. Tomamos como soporte teórico los estudios realizados por Michel Foucault, Lilia Lobo y Georges Canguilhem, autores que en sus investigaciones tensionaron las nociones de anormalidad y norma. Como resultados, construimos tres significados históricos para la noción de normalidad que se encuentran relacionados con los saberes producidos a lo largo de cada época: la normalidad trascendental -evidenciada en la Edad Media y constituida por saberes religiosos y/o divinos, estando vinculada al cuerpo y a la conducta de los sujetos; la normalidad científica – constituida por el conocimiento científico, entre los siglos XVI y XVIII, aparece vinculada al comportamiento de los sujetos y, a fines del siglo XVIII, también se muestra relacionada con su intimidad; y normalidades diferenciales – asociada a una ciencia del Estado, a los saberes estadísticos y a una norma flexible, que entra en operación en la sociedad de seguridad. Esta noción se constituye a partir de dos movimientos contemporáneos relacionados con un mismo fenómeno: la naturalización de las diferencias.

**Palabras clave:** normalidade, norma, inclusão

## TENSIONAR O CONCEITO DE NORMALIDADE

No Brasil, pelo menos desde a década de 1990, assistimos a um fortalecimento dos discursos acerca da inclusão, os quais se proliferaram pela sociedade por meio de campanhas, discursos políticos, programas sociais, propagandas, enfim, em uma série de políticas inclusivas. Esses discursos tinham por objetivo sensibilizar e convocar a população tornando necessária a busca pelo direito à inclusão escolar de todos os sujeitos. Tal ênfase se fez presente em nosso país, pelo menos até 2017, quando assistimos a uma reconfiguração de tais discursos na atualidade. Esta pesquisa, não discutirá esse processo de reconfiguração e ataque a alguns direitos historicamente conquistados pelas pessoas com deficiência. Ela tomou como foco, o período histórico localizado entre a década de 1990 até, mais ou menos, 2017. Entende-se que nesse período nos encontrávamos diante da inclusão como imperativo de Estado, a qual tornava-se inquestionável, ocupando um espaço de verdade que incidia sobre nossas formas de ser, estar e viver no mundo<sup>3</sup>.

Para mostrar um pouco dessas práticas discursivas veiculadas nesse período, destaca-se abaixo alguns discursos presentes em uma revista de ampla circulação na maior parte das escolas e entre os profissionais da educação:

Jamais haverá uma sociedade inclusiva se não tivermos uma escola transformadora. Cabe à escola, junto com a família, plantar a semente de um cidadão mais ético. A inclusão é, acima de tudo, uma questão de ética. (NOVA ESCOLA, 1997, p. 57).

Preparando a escola inclusiva: o primeiro passo é sensibilizar e treinar todos os funcionários da instituição: professores, orientadores e todo o pessoal que trabalha ali. É importantíssimo também sensibilizar os pais – sobretudo os dos não-deficientes. Todos devem desempenhar um papel ativo no processo de inclusão. (NOVA ESCOLA, 1999, p. 12).

Através dos discursos destacados, é possível evidenciar um chamamento para que todos assumam para si o compromisso da inclusão, uma necessidade de que ela seja aceita por todos e que por eles seja posta em funcionamento. Ao olhar os discursos em questão, é sabido que eles nem sempre se apresentaram dessa maneira. Se por muito tempo os anormais<sup>4</sup> foram o foco dos discursos e práticas inclusivas, ao longo, especialmente dos anos 2000, vimos a ênfase recair sobre os ditos normais. Eles tornam-se os responsáveis por fazer com que a inclusão aconteça.

Ao considerar, a partir das contribuições de Michel Foucault, que os discursos não são neutros, compreende-se que eles estão relacionados a uma lógica discursiva mais ampla que determina um conjunto de regras que irão dar condições para o funcionamento do discurso e que vão controlar aquilo que pode ser dito em uma determinada época, pois:

[...]em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, 2013, p. 8-9).

Diante disso, compreende-se que a inclusão vem sendo constituída, através de algumas práticas que convocam e mobilizam a população, expressando verdades relativas a algo que pertence a uma lógica discursiva mais ampla, gerando efeitos sobre todos os sujeitos, tendo por ênfase o sujeito dito normal. A partir de tais entendimentos deu-se início a investigação que buscou analisar “como os

<sup>3</sup> Para compreender a reconfiguração contemporânea do imperativo da inclusão, que temos assistido nos últimos anos, indicamos: LOCKMANN, Kamila. As reconfigurações do imperativo da inclusão no contexto de uma governamentalidade neoliberal conservadora. PEDAGOGIA Y SABERES, p. 67-75, 2019.

<sup>4</sup> Assim como Veiga-Neto (2001, p. 105), tomamos essa palavra emprestada de Foucault (2001), que a emprega “[...] para designar esses cada vez mais variados e numerosos grupos que a modernidade vem, incansável e incessantemente, inventando e multiplicando: os sindrômicos, deficientes, monstros e psicopatas (em todas as suas variadas tipologias), os surdos, os cegos, os aleijados, os rebeldes, os pouco inteligentes, os estranhos, os GLSiii, os “outros”, os miseráveis, o refúgio enfim”.

discursos da inclusão escolar, materializados em documentos oficiais, colocam em funcionamento estratégias de governamento que operam sobre os normais?”

Sendo os ditos normais objetos da pesquisa, tornou-se fundamental tensionar o próprio conceito de normalidade para assim compreender como a ênfase das práticas inclusivas passou a recair sobre esses sujeitos. Assim, a partir de aproximações com autores pós-estruturalistas e das contribuições de Michel Foucault, em especial, sobre o conceito de norma, este artigo se propõe a apresentar como a noção de normalidade foi sendo produzida historicamente e junto a ela como foi se configurando práticas com ênfase no sujeito dito normal que nos permitem pensar e problematizar a inclusão.

Com este propósito importa ressaltar que não se buscou realizar uma pesquisa histórica, mas sim fazer um recuo histórico composto pela seleção de alguns fragmentos de épocas distintas. Esta escolha pauta-se em alguns entendimentos com relação a história empregados por Michel Foucault e identificados em seus estudos históricos, conforme veremos a seguir.

## **RECUAR AO PASSADO PARA PROBLEMATIZAR O PRESENTE: QUESTÕES DE MÉTODO**

O recuo histórico que se busca empregar tem por intenção selecionar alguns fragmentos históricos de épocas distintas, nos quais é possível perceber como a normalidade foi sendo produzida e como as práticas inclusivas passaram a ter sua ênfase sobre os normais. Para isso, nos apoiamos em algumas questões de método que identificamos sendo empregadas por Michel Foucault em seus estudos históricos, as quais são: a problematização do estatuto de verdade da história, o caráter não evolutivo e linear atribuído aos acontecimentos históricos e a inexistência de universais.

A primeira questão de método que gostaríamos de explicitar é a problematização do estatuto de verdade que a história possui, “as ilusões envolvidas nesse jogo de contar o passado, como se fosse um contato direto com os mortos, acreditando-se revelar o que “de fato” aconteceu”. (RAGO, 2005, p. 258).

Ao recorrer aos acontecimentos históricos, compreende-se que a história não é neutra. Composta por uma seleção de acontecimentos, ela é produzida na e pelas relações de poder que são tecidas em determinados tempos históricos, manifestando um tipo de racionalidade. A história não pode ser entendida como um conjunto de fatos que, como grandes reveladores de uma essência verdadeira, seria capaz de mostrar o que aconteceu em tempos passados, pois deve-se levar em conta que cada racionalidade põe em funcionamento uma ordem que irá conduzir o olhar do sujeito-historiador de modo que, em uma determinada época, certos acontecimentos se tornarão mais relevantes a ponto de a comporem.

Entendemos que, para construir, então, uma problematização do presente, não só para conhecermos como se constituíram certos discursos e modos específicos de vida, mas também para pensarmos em novas formas de se viver, é preciso direcionar um olhar para a história:

[...]libertar-se de determinadas representações do passado, de procedimentos que levam a determinados efeitos, relações de poder, enfim, de construções autoritárias do passado – sobretudo das que se supõem as únicas verdadeiras – e que, para além dos sujeitos excluídos, suprimem o contato direto com as experiências da liberdade, inventadas e usufruídas por nossos antepassados. (RAGO, 2005, p. 261)

Por isso, ao fazer um recuo ao passado não se pretende realizar uma descrição cronológica dos gloriosos acontecimentos históricos na busca por uma origem ou por uma relação de causa-efeito – para dizer o que se entende hoje por normalidade e inclusão –, mas desnaturalizar os fatos. Ou seja, trata-se de olhar para a história no intuito de “marcar a singularidade dos acontecimentos, longe de toda a finalidade monótona; espreitá-los lá onde menos se os esperava e naquilo que é tido como não possuindo história”. (FOUCAULT, 2014, p. 55). De mostrar as práticas infames, consideradas irrelevantes de serem postas em discussão, a ponto de ganhar prestígio ou fama nos livros de história.

A segunda questão de método que os estudos de Michel Foucault proporcionam e que gostaríamos de explicitar, refere-se ao caráter não evolutivo e linear atribuído aos acontecimentos

históricos. Ela é compreendida como um conjunto de complexos acontecimentos que ocorrem em diferentes tempos. Vista em suas descontinuidades, nas suas rupturas, em seus pontos de emergência, assim como nas condições de múltiplas possibilidades em que surgem outros acontecimentos, pois se reconhece que “o que se encontra no começo histórico das coisas não é a identidade ainda preservada da origem – é a discórdia entre as coisas, é o disparate”. (FOUCAULT, 2014, p. 59). Olhar para a história por esse viés, portanto, é reconhecer que ela se constitui de acontecimentos construídos em meio a complexas redes de contingências, permeadas por relações de poder, onde se dão embates de forças, disputas e conflitos. Conforme aponta Foucault (2014, p. 83):

A história, genealógicamente dirigida, não tem por fim reencontrar as raízes de nossa identidade, mas, ao contrário, se obstinar em dissipá-la; ela não pretende demarcar o território único de onde viemos, essa primeira pátria à qual os metafísicos prometem que retornaremos; ela pretende fazer todas as descontinuidades que nos atravessam.

Por fim, a última questão de método que explicitaremos se refere a inexistência dos universais. No curso, “Nascimento da Biopolítica”, em 1979, Michel Foucault traz como exemplo o modo como analisou os acontecimentos históricos para indagar a loucura, deixando claro que não buscava na história a sua existência. Pelo contrário, suas indagações abandonavam este conceito e partiam da suposição de sua inexistência, para assim analisar os diferentes acontecimentos e as diversas práticas históricas que se pautaram na ideia da loucura e que assim foram a produzindo em determinados momentos históricos.

Ao se propor este recuo histórico, portanto, nos afastamos de qualquer conceito prévio criado sobre a normalidade, propondo justamente a inversão dessa lógica que permeia diversos trabalhos sobre a inclusão. Ao invés de problematizar a anormalidade, tomando como naturalizada a normalidade, nos propomos a realizar o movimento inverso: olhar para a produção dos sentidos dados à anormalidade para assim problematizar a construção da noção de normalidade. Trata-se, dessa forma, de desnaturalizá-la, abandonando a ideia de que ela é algo que está dado, a fim de mostrar como foi sendo produzida em diferentes momentos históricos.

Este parece ser um movimento potente de ser empregado neste recuo histórico, visto que existe uma maior ênfase de pesquisas e discussões sobre a constituição da noção de anormalidade e a produção do sujeito anormal. Como um exemplo disso, destaca-se a própria obra, “Os anormais” de Michel Foucault. Nesta, o autor faz um estudo histórico sobre as três figuras que constituem o campo da anomalia. Colocamos em destaque tal obra, pois a partir desse estudo observa-se que de forma correlata ao aparecimento de determinados sentidos construídos sobre a anormalidade, também foram sendo constituídas noções de normalidade. Ou seja, as noções de anormalidade e normalidade não apenas surgem em um mesmo período histórico, mas ambas vão se constituindo mutuamente em uma relação de imanência, pois cada uma delas justifica a existência da outra.

Com o intuito de mostrar como a noção de normalidade se constituiu historicamente, foi necessário garimpar os estudos históricos de Michel Foucault, Lilia Lobo e Georges Canguilhem. A escolha por tais autores se deu pelas discussões que fazem sobre as noções de norma, normalidade e anormalidade. Partindo desses estudos, foi possível construir três categorias que expressam noções e sentidos históricos de normalidade, as quais nomeamos de: normalidade transcendental, normalidade científica e normalidades diferenciais. Cabe ressaltar que cada uma dessas noções apresenta particularidades, pois possuem relação com saberes específicos que passaram a ser produzidos e esmiuçados ao longo de cada época. A seguir, passamos a explorar cada uma delas em sua especificidade, a começar pela noção de normalidade transcendental.

## **A NOÇÃO DE NORMALIDADE TRANSCENDENTAL**

Na idade média, percebe-se que a noção de normalidade é constituída pelos saberes religiosos e/ou divinos estando vinculada ao corpo e a conduta dos sujeitos. A existência de princípios divinos funcionavam como um sistema de regras entendidas como naturais, que determinavam a normalidade dos sujeitos de duas maneiras. Primeiramente, e pode-se dizer que com mais ênfase, a

normalidade era atribuída a partir do reconhecimento de formas físicas ligadas ao corpo dos sujeitos, e em segundo, através de suas condutas, considerando determinados comportamentos como normais e naturais.

Com relação ao corpo normal, pode-se dizer que, para os saberes divinos ele era entendido como obra da natureza, visto que o homem se encontrava associado à “imagem e semelhança de Deus, portanto, ser perfeito” (FERNANDES; SCHLESENER; MOSQUERA, 2011, p. 135). A ideia de perfeição divina atribuída ao corpo normal se dava com base em uma série de características visíveis que se mostravam frequentes – e que por essa razão eram entendidas como naturais – entre os sujeitos em termos de estrutura, como por exemplo, a quantidade de membros. Se é possível fazer tal afirmação é porque sabe-se que de forma correlata a essa noção de normalidade, tem-se a existência de um fenômeno raro, o surgimento de um corpo disforme que era compreendido como “não apenas uma violação das leis da sociedade, mas uma violação das leis da natureza”. (FOUCAULT, 2001, p. 69).

As transgressões aos princípios divinos aparecem com as deformidades que “eram percebidas através de signos exteriores do corpo – pernas tortas, dedos a mais nas mãos, pés disformes.” (BENVENUTO, 2006, p. 231). Porém, o aparecimento do que Foucault (2001) nomeia como “monstro humano<sup>5</sup>”, não representava apenas a desordem das diferenças que definiam o que é espécie, gênero e reino, mas também e, sobretudo, as terríveis condições da alma. Suas deformidades eram explicadas pelos saberes divinos como a manifestação da ira de Deus, um castigo divino, devido às transgressões do homem aos preceitos religiosos como, por exemplo, a depravação e os coitos antinaturais, ou seja, relações sexuais entre um homem e um animal (LOBO, 2008). De acordo com os apontamentos de Canguilhem (2012, p. 190):

a idade média conserva a identificação do monstruoso com o delituoso, mas a enriquece com uma referência ao diabólico. O monstro é a um só tempo o efeito de uma infração à regra de segregação sexual específica e o indício de uma vontade de perversão do quadro das criaturas.

Diante disso, o que se pode afirmar, primeiramente, é que tudo que escapava da ordem religiosa, em termos físicos do corpo, era explicado pelo saber religioso como aberração, castigo divino, ação do demônio ou estava relacionado à impureza e ao pecado (FRANÇA, 2014). Em segundo, a partir das próprias explicações divinas dadas às transgressões de suas ordens, pode-se observar que a normalidade não se encontrava associada apenas às características corporais dos sujeitos, mas também aos modos como os mesmos se conduziam.

O que nomeamos como normalidade transcendental encontra-se relacionada assim, também, às condutas que se guiavam pelos princípios divinos, aos sujeitos que se mostravam prudentes por serem capazes de gerenciar suas vontades, reconhecendo, na obediência a esses saberes, o caminho para a sua salvação e felicidade (MACHADO, 2015). Para garantir sua salvação em outro mundo e a purificação da alma, os sujeitos precisavam seguir rigorosamente as regras de conduta impostas pelos princípios divinos. Dentre as práticas comuns desta época estão “o jejum, a abstinência e as autoflagelações [...] cujo objetivo principal era a purificação da alma” (CASSIMIRO; GALDINO; SÁ, 2012, p. 73), bem como “o cuidado com o nu, com os excessos de alimentos, a ‘gula’, com as práticas corporais (o sexo, em particular) e esportivas (a mostra do corpo em público)” (LE GOFF; TRUONG, 2010, p. 610), entre outras.

Nesse sentido, compreende-se que para estar na normalidade não bastava apenas os sujeitos terem um corpo com características entendidas como naturais, era necessário também possuir uma conduta de acordo com os princípios religiosos que permitissem a purificação da alma. Isso fica evidente, uma vez que os chamados loucos e os surdos eram também exemplos das transgressões divinas e, por isso, também da existência da monstruosidade na Idade Média. Embora eles não apresentassem

---

<sup>5</sup> Da idade média ao século XVIII o monstro se constituía em um misto. Ele era “[...] o misto de dois reinos, o reino animal e o reino humano: o homem com cabeça de boi, o homem com pés de ave [...] a mistura de duas espécies [...]: o porco com cabeça de carneiro [...] o misto de dois indivíduos: o que tem duas cabeças e um corpo, o que tem dois corpos e uma cabeça [...] o misto de dois sexos: quem é ao mesmo tempo homem e mulher. [...] Enfim, é um misto de formas: quem não tem braços, nem pernas, como uma cobra, é um monstro.” (FOUCAULT, 2001, p. 79).

características visíveis como as deformidades, seus comportamentos eram vistos como uma desordem do espírito, da alma, pois transgrediam os princípios naturais, morais e divinos. O modo como loucos e surdos se comunicavam e se relacionavam com outros sujeitos, demonstrava o caráter “contranatureza” de suas ações. Comparados aos animais em estado selvagem, esses sujeitos não apresentavam regularidades divinas como a linguagem e a razão (BENVENUTO, 2006).

Pode-se dizer, portanto, que, na Idade Média, a noção de normalidade é construída tendo como base o saber religioso ou divino, tanto no que se refere à materialização no corpo e sua visibilidade, quanto na forma como os sujeitos se conduziam.

A partir do fim do XVI e no decorrer dos séculos XVII e XVIII, os saberes divinos não se constituem mais como principal paradigma. Eles deixam de ser o principal modo pelo qual os sujeitos se organizam, explicam e compreendem o mundo. O conceito de virada disciplinar, enquanto “fenômeno ocorrido no século XVI em que um novo regime de verdade se estabelecia criando novos saberes não apenas sobre o mundo como, também — e aí a maior novidade —, sobre como colocar uma ordem no mundo” (VEIGA-NETO, 1996, p. 151), ajuda a pensar como a noção de normalidade, nesse contexto, ganha um novo sentido, conforme visualizaremos a seguir.

## A NOÇÃO DE NORMALIDADE CIENTÍFICA

Com a expansão das disciplinas em outro eixo, o dos saberes, a Ciência passa a se constituir como outro regime de verdade. No decorrer dos séculos XVII e XVIII, visualizamos o que Nietzsche (2004) aponta como sendo uma troca de ídolos, “de um lado está Deus, um ser superior, nos trazendo a ideia de transcendência; do outro está a Ciência, marcando o conhecimento legítimo.” (HENNING; CHASSOT, 2009, p. 420). Ou seja, neste período ocorre que a verdade, antes alocada em Deus, agora passa a ser explicada pela Ciência, pela Razão. Conforme aponta Pooli (2014, p. 2): “Deus vai dando lugar a razão como princípio explicativo e orientador da vida social, onde se inventarão novas tecnologias de controle, disciplinamento, orientação e instrumentalização específicas para a configuração de uma nova sociedade.”

A noção de normalidade passa assim a não estar relacionada apenas a princípios religiosos, naturais e/ou divinos. Sua construção é determinada também, e com mais ênfase neste período histórico, pelos saberes científicos que passam a produzir descrições minuciosas sobre os sujeitos. Neste contexto, o homem passa a ser aquele que precisa ser separado da sua “natureza” e distanciado da sua animalidade. Ele “terá que se converter em ser “civilizado”, em ser cada vez mais individualizado”. (VARELA, 2000, p. 80). Conforme aponta Veiga-Neto (1996, p. 113):

Em termos comportamentais, então, passa-se a entender como civilizado aquele que segue disciplinadamente um minucioso código que prescreve, de modo muito detalhado, o que se pode e o que não se pode fazer e dizer publicamente; é aquele que obedece, de preferência de modo automático, a um extenso conjunto de regras práticas de permissão e interdição.

Diante disso, pode-se dizer que outros fatores começam a ser considerados para definir a normalidade dos sujeitos, como atitudes, maneiras de ser e de se comportar que são aceitas socialmente. Cabe ressaltar que, embora a conduta e os comportamentos já fossem tematizados em épocas anteriores e, inclusive, fossem uma das formas de definir aquilo que foi nomeado anteriormente como normalidade transcendental, observa-se que agora eles ganham status científico. Se, na Idade Média, os comportamentos dos sujeitos estavam associados às disciplinas que existiam e operavam no eixo corporal<sup>6</sup>, articuladas aos saberes religiosos, agora passam a ser explicados por saberes científicos associados às disciplinas, de modo a constituir um ordenamento com base em determinados padrões, como, por exemplo, morais e de saúde, que servem para posicionar os sujeitos. O que era entendido

---

<sup>6</sup> Conforme se aponta na tese “A ordem das disciplinas”, na Idade Média “os usos da palavra disciplina pendiam em favor do eixo corporal” (VEIGA-NETO, 1996, p. 112). Em muitas línguas europeias as disciplinas era um termo usado para designar “instrumento com que frades e crentes se açoitavam por penitência ou castigo.” (VEIGA-NETO, 1996, p. 112)

como desvio da noção de normalidade, não será mais explicado como aberração, obra do demônio ou transgressão da natureza, mas por saberes científicos que passam a enquadrá-los como doenças.

O aparecimento dessa noção que nomeamos como normalidade científica se encontra associada assim à disciplinarização dos saberes, a uma sociedade disciplinar e à constituição de uma norma fixa e prévia que “[...] vai designar ao mesmo tempo um certo tipo de regras, uma maneira de as produzir e, sobretudo, um princípio de valorização.” (EWALD, 1993, p. 79). Ou seja, essa nova noção de normalidade aparece no deslocamento de uma sociedade que passa a funcionar não apenas por meio da soberania e de suas leis, mas a partir de mecanismos disciplinares e do estabelecimento de normas produzidas a partir das técnicas que descrevem e vigiam “os corpos humanos e os submetem fazendo deles objeto de saber.” (FOUCAULT, 1987, p. 31- 32).

A normalidade científica se constitui desse modo através do corpo em sua forma física e, principalmente, pelos comportamentos cotidianos de cada sujeito, que passam a ser analisados com base em saberes científicos como a medicina e/ou a psiquiatria. Logo, importa “a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades ou os méritos.” (FOUCAULT, 1987, p. 169). Afinal, é isso o que se levará em conta na organização social. Não será tanto uma natureza ou uma suposta essência dos sujeitos, como foi possível observar na noção de normalidade transcendental. Até mesmo porque a preocupação passa a ser com a organização social deste mundo e não com a salvação da alma em outro. O que se torna relevante assim para a definição da normalidade nesta época, será uma regra prévia estabelecida a partir desses saberes, que vão definir o comportamento normal e permitindo a regulação do que se deseja como aceitável para se viver em sociedade.

A produção dos saberes minuciosos sobre os indivíduos produzirá, portanto, essa medida válida e desejável, a qual nomeia-se como norma. Ela vai ser o modo pelo qual se torna comparável os sujeitos, uma medida comum que igualiza ao mesmo tempo em que torna desigual. Ou seja, vai permitir a aproximação dos sujeitos a uma regra, ao passo que, do mesmo modo, possibilita fazer uma distinção daqueles que não se aproximam. A norma torna assim cada indivíduo comparável a outro e também permite que os sujeitos se reconheçam diferentes uns dos outros, “age ou provocando ações que homogeneizem as pessoas, ou provocando ações que exaltem as diferenças a partir de referenciais comunitários”. (LOPES; FABRIS, 2013, p. 42).

Na sociedade disciplinar, a norma é fixa, estabelecida previamente como uma espécie de modelo. Possui, desse modo, um caráter prescritivo. A partir dela é “que a determinação e a identificação do normal e do anormal se tornam possíveis”. (FOUCAULT, 2008b, p. 75). A noção de normalidade científica se constitui assim, na prática da norma disciplinar. Nessa prática, há primeiramente uma definição da norma enquanto condição permanente, um modelo, para depois uma identificação dos sujeitos de forma dicotômica. O processo de normalização disciplinar “[...] consiste em procurar tornar as pessoas, os gestos, os atos, conformes a esse modelo, sendo normal precisamente quem é capaz de se conformar a essa norma e o anormal quem não é capaz.” (FOUCAULT, 2008b, p. 75).

Nesse sentido, cada indivíduo torna-se um caso, estando sujeito a um processo de individualização. Reconhece-se dessa forma “normal e anormal não como antítese um do outro, mas como elementos que montam contrafaces da mesma moeda.” (FREITAS, 2012, p. 488). As práticas da norma disciplinar não consideram algo exterior a ela, normal e anormal, ambos estão e são considerados pela norma, ela “íntegra tudo o que desejaria excedê-la –nada, nem ninguém, seja qual for a diferença que ostente, pode alguma vez pretender-se exterior, reivindicar uma alteridade tal que o torne um outro”. (EWALD, 1993, p. 87).

Diante disso, pode-se dizer que a noção de normalidade científica será constituída enquanto uma condição, um estado de adequação a uma regra imposta aos sujeitos através de uma norma disciplinar que apresentará um modelo considerado ideal aos indivíduos. Os efeitos dessa padronização que passam a constituir essa noção de normalidade podem ser visualizados nos acontecimentos históricos, primeiramente, no âmbito familiar, em seus investimentos educativos, e nas técnicas pedagógicas que são desenvolvidas lentamente no século XVIII (FOUCAULT, 2001). A partir desse modelo, observável principalmente nesses dois âmbitos, familiar e escolar, os sujeitos vão ser posicionados como normais ou anormais e, para esses últimos, que escapam da noção de normalidade, outras ações serão pensadas, como podemos observar a partir do caso dos incorrigíveis.

O modelo de transgressão da normalidade científica não vai ser tanto o monstro humano como foi possível observar na noção de normalidade transcendental, mas o que Michel Foucault chamou de “indivíduo a ser corrigido”. De forma correlata a essa constituição de normalidade científica, uma variedade de mecanismos disciplinares de correção e normalização são postos em operação para agir sobre os sujeitos que escapam a essa noção de normalidade. O indivíduo a corrigir é um exemplo desses sujeitos. Ele torna-se aquele difícil de determinar. Sua definição vai se dar pelo fato de não se adaptar a certas regras sociais, pelo fracasso das técnicas familiares e dos investimentos educacionais. O incorrigível através de seu comportamento vai transgredir todo um aparato que tende a disciplinar os sujeitos, ou seja, toda uma série de regras comportamentais para se viver em sociedade. Ele é um sujeito que se constitui nesse jogo de corrigível e incorrigível, exigindo uma nova tecnologia com outros saberes, procedimentos e intervenções que, no século XIX, passam a se desenvolver para aproximá-los dessa noção de normalidade.

Com o refinamento e a proliferação de diferentes campos do saber, como, por exemplo, a medicina, a biologia e os saberes psi, no fim do século XVIII, início do século XIX, intensificaram-se as buscas por explicações para os comportamentos que transgrediam e/ou ameaçavam a ordem social. Porém, nesse contexto, a noção de normalidade científica não só aparece associada aos conhecimentos sobre o corpo esquadrihado e aos comportamentos disciplinados dos sujeitos, como também passa a considerar as relações que o indivíduo estabelece consigo mesmo. Trata-se de um desdobramento dessa normalidade científica. Se a partir do século XVI, como já foi anteriormente mostrado, observa-se a normalidade e o sujeito normal, sendo definidos com mais ênfase a partir de normas comportamentais e/ou sociais produzidas pelos saberes científicos, no fim do século XVIII, o refinamento desses saberes e a busca por explicações sobre os comportamentos desviantes invadem a psique humana e se deslocam para um outro polo dessa normalidade científica. Tal polo passa a considerar aquilo que não é visível no indivíduo, ou seja, os pensamentos, as emoções, os desejos, suas vontades e experiências, enfim, tudo aquilo que constitui a intimidade do sujeito e por isso, que pode ser considerado como a sua verdade. É a intimidade do sujeito exposta que será capturada pelos saberes científicos.

Dessa forma, a noção de normalidade sofre assim um deslocamento importante. Aquilo que era compreendido pelos saberes religiosos e/ou divinos como “coisas da alma” passa a ser ordenado, classificado e categorizado pelo saber do campo psi e da medicina. Na modernidade, observa-se que as “coisas da alma” serão assim elementos,

“[...] onde se articulam os efeitos de um certo tipo de poder e a referência de um saber, a engrenagem pela qual as relações de poder dão lugar a um saber possível, e o saber reconduz e reforça os efeitos de poder. Sobre essa realidade-referência, vários conceitos foram construídos e campos de análise foram demarcados: psique, subjetividade, personalidade, consciência, etc.; sobre ela técnicas e discursos científicos foram edificados; [...]” (FOUCAULT, 2001, p. 33).

A partir desses saberes, aquilo que era entendido pelo saber religioso como alma, passa a ser considerado como a subjetividade, personalidade e/ou consciência do sujeito. Estas vão estar estritamente relacionadas com os modos que cada um age, vive e se conduz na sociedade, e, por isso, vistas como importantes elementos a serem estudados. Observa-se assim que a subjetividade dos sujeitos passa a ser consultada, interrogada e entendida como a verdade que os mesmos carregam sobre si a ponto de ser legitimada e ganhar status científico para explicar suas condutas e enquadrá-las em um estado de normalidade ou anormalidade.

Se isso ocorre, é porque, na busca por achar explicações sobre as condutas transgressoras, acreditava-se que as normas comportamentais e/ou sociais deveriam “ter sua origem investigada, descoberta, revelada”. (MAGALHÃES, 2012, p. 34). Logo, os saberes científicos – dentre estes se destaca os saberes psi e da medicina – investiram e colocaram em operação estratégias que não funcionavam apenas como técnicas de cura ou de correção, mas de compreensão e de prevenção.

Os saberes científicos passam a capturar e a enquadrar as condutas transgressoras em categorias médico-psiquiátricas, a fim de que os sujeitos sejam tratados e/ou curados dos seus vícios. Ou seja, com o intuito de trazê-los o mais próximo dessa noção de normalidade científica.

O modelo de transgressão dessa normalidade pode ser observado por meio do exemplo da criança masturbadora, analisada por Michel Foucault. Neste exemplo é possível visualizar uma série de práticas que são postas em operação a partir da relação médico-família para conter a masturbação das crianças. As famílias passam a se inserir na racionalidade médica e são orientadas a vigiar seus filhos, de modo a evitar que a prática da masturbação ocorra, uma vez que ela estará na origem “de todas as doenças possíveis.” (FOUCAULT, 2001, p. 302). Caso essa prática seja descoberta pelos pais, o médico terá de intervir. Conforme nos mostra Foucault (2001, p. 317):

Os pais devem, portanto, vigiar, espiar, chegar pé ante pé, levantar cobertas, dormir ao lado filho [do filho]; mas, descoberto o mal, têm de fazer o médico intervir imediatamente para curá-lo. Ora, essa cura só será verdadeira e efetiva se o doente aceitá-la e participar. O doente tem de reconhecer seu mal; tem de compreender as consequências dele; tem de aceitar o tratamento. Em suma, tem de confessar. Ora, está muito bem dito, em todos os textos dessa cruzada, que a criança não pode e não deve fazer essa revelação aos pais. Só pode fazê-la ao médico: “De todas as provas – diz Deslandes –, a que é a mais importante adquirir é uma confissão.” Porque a confissão elimina “toda espécie de dúvida”. Ela torna “mais franca” e “mais eficaz a ação do médico”. Ela impede que o sujeito recuse o tratamento. Ela coloca o médico e “todas as pessoas que têm autoridade [...] numa posição que lhes permite ir direto ao assunto, e por conseguinte ter êxito”.

Pode-se dizer assim que, a partir dessas práticas, os saberes conseguem transformar o que compõe a intimidade do sujeito em um ato preciso, em uma afirmação, em uma espécie de “prova”, permitindo que a conduta transgressora seja psiquiatrizada. A criança masturbadora aparece desse modo, como um sujeito universal em um contexto onde a sexualidade e a própria masturbação são reconhecidas como um discurso e uma prática que devem permanecer interditas devido ao mal que podem causar. A prática da masturbação e a manifestação da sexualidade, vistas em um primeiro momento pelo saber religioso como o pecado do homem cometido contra a carne, seu corpo e alma, vão ser capturadas na modernidade pelo campo da medicina sendo vinculadas pelos médicos como a raiz de muitos males, como as doenças corporais e psicológicas. Nesse sentido, elas vão ser compreendidas:

como a raiz possível, ou mesmo a raiz real, de quase todos os males possíveis. [...] é a espécie de causalidade polivalente à qual se pode vincular, e à qual os médicos do século XVIII vão vincular imediatamente, toda a parafernália, todo o arsenal das doenças corporais, das doenças nervosas, das doenças psíquicas. No fim das contas, não haverá na patologia dos fins do século XVIII praticamente nenhuma doença que, de uma maneira ou outra, não decorra dessa etiologia, isto é, da etiologia sexual. (FOUCAULT, 2001, p. 75).

A partir do exemplo dessa figura observa-se, a masturbação e a sexualidade, não só como uma conduta que transgride as normativas sociais impostas e vistas como desejáveis em uma sociedade, mas também, a partir delas, todo um processo de patologização de determinadas formas de vida. Conforme aponta Canguilhem (2009, p. 56), “um ser vivo é normal em um determinado meio na medida em que ele é a solução morfológica e funcional encontrada pela vida para responder a todas as exigências do meio.”.

Dessa forma a noção de normalidade vai se constituir como uma atividade normativa, pois “entende-se por normativo qualquer julgamento que aprecie ou qualifique um fato em relação a uma norma, mas essa forma de julgamento está subordinada, no fundo, àquele que institui as normas. No pleno sentido da palavra, normativo é o que institui as normas.”. (CANGUILHEM, 2009, p. 48). Ou seja, compreende-se que a normalidade será assim fabricada por normas que serão inventadas por aqueles que nesta época possuem autoridade para instituí-las. Logo, “não existe fato que seja normal ou patológico em si. A anomalia e a mutação não são, em si mesmas, patológicas. Elas exprimem outras normas de vida possíveis.[...] o patológico não é a ausência de norma biológica, é uma norma diferente.”. (CANGUILHEM, 2009, p. 59).

Diante do exposto, compreende-se que a noção de normalidade vai ser atribuída aos sujeitos que conseguem incorporar as normas comportamentais e/ou sociais, morais e de saúde impostas pela sociedade como uma forma de vida. Não será assim, só a obediência a essas normas que permitirá a

atribuição da normalidade aos sujeitos. É necessário, não só obedecê-las, “[...] mas também produzir e tonar público a verdade sobre si mesmo[...]” (FOUCAULT, 2011, p. 156). Mostrar seu interior, se reconhecer em equilíbrio com essas normas e incorporá-las como uma verdade sua.

Eis, portanto, a normalidade científica. Conforme mostrado anteriormente, esta noção de normalidade aparece, em um primeiro momento, entre os séculos XVI e XVIII, vinculada aos comportamentos dos sujeitos que estão de acordo com as normas sociais impostas pelos saberes científicos. Em um segundo momento, no fim do século XVIII, esta noção de normalidade aparece vinculada, também, à intimidade dos sujeitos, que passa a ser capturada pelos saberes científicos e que se encontra em conformidade com as normas impostas pelos mesmos. O comportamento e a intimidade dos sujeitos são elementos que compõem estes dois momentos que caracterizam a noção de normalidade científica. Embora mostrem modos distintos de definir a normalidade dos sujeitos, ambos caracterizam a normalidade científica devido à relação de imanência que estabelecem entre si. Desta maneira, compreende-se que o sujeito normal não será aquele que somente obedece às normas morais e sociais de conduta, mas o que as incorpora fazendo delas sua forma de vida. Vai ser aquele que é reconhecido cientificamente por possuir uma origem biológica saudável e, ao mesmo tempo, um equilíbrio psíquico que o torna capaz de se autogerenciar aceitando essas normativas como uma verdade sua.

As formas de normalidade científica que se desenvolveram até o século XVIII apresentavam uma ênfase individual, buscavam explicações nos saberes científicos sobre fenômenos individuais expressados no corpo, no comportamento e na intimidade do sujeito. A partir do século XVIII, na passagem de uma sociedade disciplinar, para uma sociedade de seguridade ou de controle, tais fenômenos passam a fazer parte de um novo campo de problematização e se associar ao todo, ao conjunto, a coletividade e não apenas ao sujeito individual. Isso foi possível devido o surgimento de um novo tipo de corpo, “um corpo de múltiplas cabeças”, ou seja, da noção de população como um conjunto de pessoas com fenômenos próprios e regularidades sobre os quais novos saberes tornaram-se necessários. Passou-se a considerar, não só o indivíduo no nível do detalhe, como é possível ver com as disciplinas, mas também os processos biológicos desse corpo-espécie.

Conforme vai se constituindo essa noção de população, torna-se cada vez mais necessário produzir saberes e estratégias que se ocupem dos processos biológicos desse corpo-espécie, “das relações entre essas cabeças, suas aproximações, suas diferenças, suas regularidades”. (VEIGA-NETO, 2011, p. 114). Surge assim, toda uma preocupação em torno dos fenômenos que são próprios da vida e ferramentas como o saber estatístico e a medicina social surgem para explicar, nomear, compreender e controlar esse corpo múltiplo e as ações dos sujeitos a partir de cálculos de risco, estimativas e probabilidades. Diante desse contexto, a noção de normalidade se complexifica, tornando-se plural, conforme veremos a seguir.

## **A NOÇÃO DE NORMALIDADES DIFERENCIAIS**

A partir do século XVIII a noção de normalidade passa a estar associada a uma ciência de Estado, constituída por saberes estatísticos e uma norma flexível, que entra em operação na sociedade de seguridade. Nesse contexto observa-se que essa outra noção de normalidade se constitui a partir de dois movimentos contemporâneos importantes que aparecem relacionados a um mesmo fenômeno: o da naturalização das diferenças. O primeiro movimento se refere à criação e proliferação de normalidades diferenciais, e o segundo movimento refere-se a aceitação, tolerância e respeito à diversidade.

Nesse primeiro movimento, relacionado ao fenômeno de naturalização das diferenças observa-se que a noção de normalidade passa a se constituir no campo das ciências econômicas e de Estado, por meio da produção de saberes estatísticos sobre a população e se deduzir deles. Através de estudos estatísticos são criados saberes sobre a população que vão mapear regularidades presentes em grupos ou comunidades produzindo uma espécie de “média normal” para cada um destes grupos. A noção de normalidade estará vinculada, portanto, à média normal de cada grupo, o que permite o desenvolvimento de um processo de criação e proliferação de normas que objetivam não uma distinção e/ou demarcação entre normais e anormais, como se percebe com as disciplinas, mas muito mais uma identificação entre ambos. Logo, entende-se que a norma na sociedade de seguridade vai agir assim “na

pluralização dos modelos que devem ser referência para que todos possam se posicionar dentro de limites locais, e uns em relação aos outros.”. (LOPES; FABRIS, 2013, p. 42).

Na sociedade de seguridade, a norma será então estabelecida “no interior das normalidades diferenciais. O normal é que é primeiro, e a norma se deduz dele, ou é a partir desse estudo das normalidades que a norma se fixa e desempenha seu papel operatório”. (FOUCAULT, 2008b, p. 83). Não se pode, dessa maneira, falar em normalidade, considerando a existência de uma norma a priori, mas em normalidades, uma vez que é a partir do apontamento do normal em um determinado contexto e grupo que se tem uma determinação, construção e proliferação das normas. Todos serão assim, capturados e incluídos de acordo com determinados critérios construídos no interior de grupos sociais. Entende-se, portanto, que a norma vai ser produzida de acordo com as variações dos grupos. Cada um deles pode e cria novas normalidades para atender a determinadas exigências e regras sociais, permitindo que os sujeitos sejam capazes de circular, fazerem parte e atuarem em diferentes espaços sociais.

Nesse caso, observa-se que a ação da norma de seguridade não possibilita apenas uma proliferação das normas, mas também, e pode-se dizer que muito mais, uma expansão da própria norma, uma vez que nos processos de normalização “o movimento não parte da norma, mas, ao contrário, faz dela um “gradiente”, ou melhor, uma possibilidade de expandir a norma e torná-la flexível para outros enquadramentos que fogem da dicotomia “normal/anormal”.” (RECH, 2010, p. 75). Cada sujeito, independente de toda e qualquer diferença, portanto, passa a ser incluído em uma posição ou situação diferenciada, de modo a ocupar um lugar na zona de normalidade. Normais e anormais passam, dessa maneira, a ser incluídos em “diferentes níveis de participação ou gradientes de inclusão”. (LOPES et al, 2010, p. 5).

Em uma sociedade de seguridade, as práticas que são postas em operação recaindo sobre os processos de normalização dos sujeitos anormais, permanecem existindo, como se pode visualizar na sociedade disciplinar. No entanto, a novidade é que a ênfase dessas práticas não recai apenas sobre esses sujeitos anormais. Para que os anormais ocupem e se mantenham nessa zona de normalidade, é preciso “normalizar os fluxos que podem atrapalhar o desenvolvimento e a articulação interna e externa a eles.” (LOPES et al, 2010, p. 12). Com isso, talvez possamos dizer que a ênfase das práticas em uma sociedade de seguridade recai sobre os processos e estratégias de subjetivação, agindo sobre os sujeitos normais para promover e efetivar a aceitação da presença do outro. Conforme aponta Rech (2010, p. 75):

[...]o objetivo é fazer com que o indivíduo seja normalizado através da naturalização da sua presença e se enquadre em uma das distribuições permitidas pela curva de normalidade. Falando de outro modo, é necessário que o “anormal” ocupe um lugar nessa curva, a fim de permitir o seu reconhecimento frente a sociedade. Para que esse reconhecimento aconteça de maneira “natural”, a população precisa ser educada para reconhecer esse dito “anormal” e conviver com ele sem estranhamento. O objetivo é torná-la apta para aceitar a sua presença.

A produção dessas normalidades diferenciais não vai ocorrer só pela normalização dos anormais, ou melhor, do seu enquadramento em uma zona de normalidade. Para além de uma demarcação dos sujeitos, como ocorre na sociedade disciplinar, para que o sujeito anormal esteja incluído em diferentes níveis de participação e/ou gradientes de inclusão, é necessário que seja reconhecido pela sociedade, que sua presença seja aceita. Dessa forma, outras intervenções sobre os sujeitos tornam-se necessárias, principalmente aquelas que são direcionadas aos normais.

Tem-se assim, o segundo movimento relacionado ao fenômeno de naturalização das diferenças, que consiste na aceitação de toda e qualquer diferença. Não se trata mais de corrigir, mas de aceitar. A noção de normalidade na contemporaneidade é constituída assim, por processos e estratégias que não se restringem apenas em posicionar normal e anormal, mas que incidem sobre os normais de forma a subjetivá-los para a aceitação da presença do outro. Um exemplo disso são os slogans como: “ser diferente é normal”. Estes estão presentes na maior parte dos discursos que se proliferam pela sociedade e que passam a constituir a normalidade no contato com o outro.

Com isso, não se quer dizer que a normalidade deixa de ser adequação a uma regra. Ela continuará sendo determinada por ações que são impostas aos sujeitos. No entanto, na contemporaneidade, não é só isso que constituía essa nova noção de normalidade, que nomeia-se aqui

como normalidades diferenciais. O que vai determiná-la também, e pode-se dizer que com mais ênfase, serão as estratégias postas em funcionamento que permitem aos normais desenvolverem ações sobre si mesmos. Diante disso, a noção de normalidade na contemporaneidade não se mostra uma condição permanente como é possível observar na sociedade disciplinar. Ela deixa de ser imposta, “seu poder se assenta na sedução do indivíduo com promessas de saúde, felicidade, longevidade e beleza”. (MISKOLCI, 2003, p. 124).

Se é possível pensar a construção dessa noção de normalidade plural contemporânea a partir das ações que os sujeitos desenvolvem sobre si mesmo, é devido a existência de um governo econômico que se encontra estritamente relacionado aos princípios neoliberais. No contexto neoliberal, compreende-se que ocorre uma radicalização do campo econômico. Ou seja, o corpo social passa a fazer parte deste campo. Trata-se “não de um governo econômico, como aquele que sonhavam os fisiocratas, isto é, o governo tem apenas de reconhecer as leis econômicas; não é um governo econômico, é um governo de sociedade.” (FOUCAULT, 2008a, p. 199).

A partir dos entendimentos de Foucault (2008a), entende-se que o neoliberalismo não se configura somente como uma simples teoria econômica. Os princípios neoliberais vão ser incorporados aos sujeitos, se constituindo também como um modo de vida, como a “ciência do comportamento humano”. (FOUCAULT, 2008a, p. 306). Aplica-se esse saber em uma análise dos comportamentos, das condutas, enfim, em todos aspectos sociais e afetivos dos indivíduos de uma sociedade. Cada sujeito torna-se uma peça importante para o funcionamento do neoliberalismo. Todos precisam ser economicamente ativos de modo que saibam se autoconduzirem para produzirem ferramentas úteis ao Estado. Ou seja, todos precisam ocupar um nível de participação, um gradiente de inclusão, na sociedade.

Diante disso, observa-se que as estratégias e os discursos inclusivos se estendem a todo um corpo social, operando também sobre os sujeitos normais com o objetivo de torná-los sensíveis e tolerantes para conviver em uma sociedade onde “os sujeitos passam a ser responsáveis, não só pela gestão de suas vidas, como também pela coletividade [...]”. (HATTGE, 2007, p. 198). Neste contexto, todos os sujeitos passam a ser assim uma extensão do estado, desenvolvendo ações de governo, de condução das condutas sobre os outros e sobre si mesmos.

As normalidades diferenciais são, nesse sentido, constituídas em “um espaço de fronteiras frágeis, maleáveis e negociáveis de acordo com os desejos dos sujeitos e dos grupos que eles integram.” (LOPES; FABRIS, 2013, p. 45). A partir das determinações de cada grupo, novas noções de normalidade podem surgir e ser reconhecidas como tal. Percebe-se que a noção de normalidade, aquela vinculada à sociedade disciplinar, se alarga e abarca uma variedade de tipos e formas construindo a noção de normalidades diferenciais.

A partir desse alargamento da noção de normalidade é que se tem, portanto, o aparecimento da noção de normalidades diferenciais, as diferenças se naturalizam e os processos de aceitação e respeito às diferenças tornam-se necessários para o funcionamento da sociedade de seguridade. Ou seja, é necessário que os sujeitos normais aceitem, respeitem e se sensibilizem com a presença do outro, da diferença, das múltiplas formas de ser que agora compõem essa noção de normalidade múltipla e alargada. Com este intuito é que se vê na contemporaneidade uma série de estratégias inclusivas produzindo aquilo que Menezes (2010) nomeia como subjetividades inclusivas, que se caracterizam pelos “comportamentos, princípios e modos de vida incumbidos da necessidade de olhar para si e para o outro, em busca de condições de participação (nas práticas sociais, nos grupos sociais, nos espaços sociais) [...]” (MENEZES, 2010, p. 7).

Sendo assim, observa-se a não fixidez dos processos que passam a constituir o alargamento da noção de normalidade, dando ensejo a noção de normalidades diferenciais, bem como uma série de discursos e práticas inclusivas que colocam em operação o fenômeno da naturalização das diferenças, tendo por alvo os sujeitos ditos normais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões e análises apresentadas neste artigo buscaram mostrar como a normalidade foi sendo produzida e discursos e práticas inclusivas passaram a ter sua ênfase sobre os sujeitos normais. A

partir do recuo histórico em que foram selecionados alguns fragmentos históricos de épocas distintas foi possível identificar três sentidos histórico de normalidade que se encontram relacionados com os saberes produzidos ao longo de cada época, as quais são: a normalidade transcendental, a normalidade científica e as normalidades diferenciais.

Como foi possível observar a noção de normalidade transcendental se mostra em evidencia na Idade Média e é constituída pelos saberes religiosos e/ou divinos, estando vinculada ao corpo e a conduta dos sujeitos. Os considerados normais eram aqueles que apresentam um corpo com características físicas frequentes, entendidas pelos saberes religiosos como o corpo natural, e que gerenciavam sua conduta de acordo com os princípios religiosos garantindo a purificação da alma no outro mundo. Já a noção de normalidade científica é constituída pelos saberes científicos. Entre os séculos XVI e XVIII aparece vinculada ao comportamento dos sujeitos e no fim do século XVIII também se mostra relacionada a sua intimidade. Ocupavam o lugar da normalidade aqueles que apresentavam comportamentos em conformidade com as normas morais e sociais e que as incorporavam fazendo delas sua forma de vida.

Nas análises vimos que se foi possível evidenciar tais noções é porque nos estudos históricos analisados identifica-se a figura da anormalidade. Deste modo normalidade e anormalidade são construções sociais e históricas que foram sendo constituídas de forma correlata, de modo que uma justifica a existência da outra. Assim, sendo a anormalidade o foco dos estudos analisados, foi possível identificar, também, uma ênfase de discursos e práticas que explicavam a anormalidade, como foi apresentado na noção de normalidade transcendental, e que tentavam capturar pelos saberes científicos aqueles que transgrediam e não incorporavam em suas vidas as normas morais e sociais, como vimos na noção de normalidade científica. Assim, pode-se afirmar que os anormais eram o foco das práticas e discursos de in/exclusão nessas épocas.

A partir do século XVIII a noção de normalidade começa a se complexificar. Associada a uma ciência de Estado, aos saberes estatísticos e a uma norma flexível, que entra em operação na sociedade de seguridade, essa outra noção de normalidade, nomeada como normalidades diferenciais, se constitui a partir de dois movimentos contemporâneos relacionados a um mesmo fenômeno: o da naturalização das diferenças. O primeiro movimento se refere à criação e proliferação de normalidades diferenciais, e o segundo movimento refere-se a aceitação, tolerância e respeito a diversidade. Nesta noção há um alargamento do conceito de normalidade, o normal não ocupa uma condição permanente. Todos transitam entre a zona de normalidade ocupando gradientes de inclusão. Vemos assim, uma série de discursos e práticas que buscam reconhecer todos os sujeitos e suas diferenças, tendo por ênfase sensibilizar todos – principalmente aquele dito como normal, o mais próximo da zona de normalidade – ao reconhecimento da normalidade plural.

Por fim, destacamos que com este artigo foi possível mostrar como o conceito de (a)normalidade se constitui socialmente e historicamente. Se tomarmos dessa maneira a noção de normalidade por si só, ela não será nada mais que um significado vazio. Enquanto condição, a normalidade não tem sentido e nem significado se não estiver em articulação com uma norma e a sociedade em que se insere. O mesmo vale para o normal. O que é o normal? Ou quem é sujeito normal? Não há essência ou natureza nesses conceitos, a normalidade assim como o normal são abstrações, construções e invenções datadas, que se modificam no espaço e no tempo. A normalidade não pode ser entendida assim como um conceito pré-definido, mas como uma noção na qual vão sendo atribuídos sentidos – provisórios e mutáveis – pelo e conforme as relações de saber/poder produzidas em cada época histórica.

## REFERÊNCIAS

BENVENUTO, Andrea. O surdo e o inaudito. In: KOHAN, Walter; GONDRA, José. (Orgs.). *Foucault 80 anos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 227-246.

CANGUILHEM, Georges. *O conhecimento da vida*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

\_\_\_\_\_. *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

EWALD, François. *Foucault, a norma e o direito*. Lisboa: Vega, 1993.

FERNANDES, Lorena Barolo; SCHLESENER, Anita; MOSQUERA, Carlos. Breve histórico da deficiência e seus paradigmas. *Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares em Musicoterapia*, Curitiba, vol.2, p. 132 –144. 2011. Disponível em: <<https://periodicos.unespar.edu.br/index.php/incantare/article/view/181>>. Acesso em: 20/04/2022.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 23. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

\_\_\_\_\_. *Do governo dos vivos*: curso no Collège de France: 1979-1980: excertos. 2. ed. São Paulo: Centro de Cultura Social; Rio de Janeiro: Achiamé, 2011.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. 28. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2014.

\_\_\_\_\_. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

\_\_\_\_\_. *Os anormais*. Curso no Collège de France (1974-1975). São Paulo: Martin, Fontes, 2001.

\_\_\_\_\_. *Segurança, Território, População*. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

\_\_\_\_\_. *Vigiar e Punir*: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, Vozes, 1987.

FRANÇA, Tiago Henrique. A normalidade: uma breve introdução à história social da deficiência. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, vol. 6, nº 11, p. 105-123, Jul. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10550>> . Acesso em: 17/04/2022.

FREITAS, Cláudia Rodrigues de. A “Normalidade”: conceito de quantas faces? *Revista Educação Especial*, Santa Maria, vol. 25, n. 44, p. 483-498, set./dez. 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.5902/1984686X6874>>

HATTGE, Morgana Domênica. A gestão da inclusão na escola: estratégia de controle do risco social. In: LOPES, Maura Corcini, DAL'LGNA, Maria Cláudia. (Orgs.). *In/Exclusão*: nas tramas da escola. Canoas: Ed. Ulbra, 2007. p. 189-200.

HENNING, Paula Correa; CHASSOT, Attico Inácio. Por uma ciência sem as marcas da cientificidade moderna. In: VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Educação em Ciências, 2009, Florianópolis. Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Educação em Ciências. São José do Rio Preto: ENPEC, 2009. Disponível em: <<http://www.fep.if.usp.br/~profis/arquivos/viienpec/VII%20ENPEC%20%202009/www.foco.fae.fmg.br/cd/pdfs/429.pdf>>. Acesso em: 17/04/2022.

LE GOFF, Jacques; TRUONG, Nicolas. O corpo no Ocidente Medieval. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 18(2): 607-623, maio./ago. 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/fWCpfMTg3ZX444wj5cL4L5g/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 14/04/2022.

LOBO, Lília Ferreira. *Os infames da história: pobres, escravos e deficientes no Brasil*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

LOPES, Maura Corcini; LOCKMANN, Kamila; HATTGE, Morgana Domênica; KLAUS, Viviane. Inclusão e biopolítica. *Cadernos IHU Ideias*, Unisinos, a. 8, n. 144, 2010. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/uploads/publicacoes/edicoes/1294059760.4206pdf.pdf>>. Acesso em: 10/04/2022.

\_\_\_\_\_; FABRIS, Eli Henn. *Inclusão & Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

MACHADO, Fernanda Camargo. *A racionalidade neoliberal nas práticas de sensibilização para a inclusão escolar de deficientes*. Tese (Doutorado em Educação). Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2015. Disponível em: <<http://repositorio.ufsm.br/handle/1/3484>>. Acesso em: 10/04/2022.

MAGALHÃES, Joanalira Corpes. *Corpos transparentes, exames e outras tecnologias médicas: a produção de saberes sobre os sujeitos homossexuais*. Tese (Doutorado em Educação em Ciências: Química da vida e Saúde). Rio Grande: Universidade Federal do Rio Grande, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.furg.br/handle/1/4817>>. Acesso em: 10/04/2022.

MENEZES, Eliana da Costa Pereira de. A fabricação de subjetividades inclusivas: efeitos entre a racionalidade política neoliberal e a escola. In: Anais do XI Simpósio Internacional IHU: o (des)governo biopolítico da vida humana, São Leopoldo, 2010. Disponível em: <[https://www.unisinos.br/eventos/des\\_governobiopolitico/index.php?option=com\\_content&task=view&id=13&Itemid=52](https://www.unisinos.br/eventos/des_governobiopolitico/index.php?option=com_content&task=view&id=13&Itemid=52)>. Acesso em: 08/04/2022.

MISKOLCI, Richard. Reflexões sobre normalidade e desvio social. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, 13/14: 109-126, 2002/2003. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/169>>. Acesso em: 08/04/2022.

NOVA ESCOLA, *Inclusão: uma utopia possível*. São Paulo: Editora Abril, Junho/1999.

\_\_\_\_\_. São Paulo: Editora Abril, Novembro/1997.

POOLI, João Paulo. A filosofia da educação e a maquinaria escolar: entre discursos e práticas. In: Anais da X Anped Sul, Florianópolis, outubro de 2014. Disponível em: <[http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq\\_pdf/1374-0.pdf](http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/1374-0.pdf)>. Acesso em: 10/04/2022.

RAGO, Margareth. Libertar a história. In: RAGO, Margareth; ORLANDI, Luiz B. Lacerda; VEIGA-NETO, Alfredo. (Org.). *Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 254-272.

RECH, Tatiana Luiza. *A emergência da inclusão escolar no governo FHC: movimentos que a tornaram uma "verdade" que permanece*. Dissertação (Mestrado em Educação). São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2010. Disponível em: <<http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/1996>>. Acesso em: 08/04/2022.

VARELA, Julia. Categorias espaço-temporais e socialização escolar. Do individualismo ao narcisismo. In: COSTA, Marisa Vorraber. *Escola básica na virada do século: cultura, política e educação*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2000. p. 73 -117.

VEIGA-NETO, Alfredo. *A ordem das disciplinas*. Tese (Doutorado em Educação). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1996. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/131158>>. Acesso em: 10/04/2022.

\_\_\_\_\_. Incluir para excluir. In: LARROSA, Jorge. SKILAR, Carlos (Orgs.). *Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 105-118.

### **CONTRIBUIÇÃO DAS/DOS AUTORES/AS**

Autora 1 – Produção e análise dos dados e escrita do texto.

Autor 2 – Orientadora da pesquisa, participação na análise dos dados, escrita e na revisão final.

### **DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE**

Os autores declaram que não há conflito de interesse com o presente artigo.

## Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.